

Latifundiários votaram pela redução de reservas

FH deve vetar projeto que desfigura Código Florestal, aprovado por parlamentares ligados à propriedade rural

10-05-2000/AE

Vannildo Mendes

• BRASÍLIA. Os dez parlamentares que votaram ontem pela aprovação do projeto que permite o desmatamento de 50% da Amazônia são parentes de latifundiários ou proprietários rurais. O relator do projeto na comissão mista, Moacir Micheletto (PMDB-PR), é pecuarista e tem uma fazenda de 50 hectares no Paraná. O maior latifundiário do grupo é o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), dono de 55 mil hectares no Pantanal. A deputada Kátia Abreu (PFL-TO) preside a Federação da Agricultura do Tocantins. O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), ex-governador do Amazonas, não tem propriedades em seu nome, mas seu filho e outros parentes têm grandes propriedades. O senador Carlos Bezerra (MT) é sócio do irmão em empreendimentos agropecuários no Mato Grosso.

São ligados à atividade ainda os senadores Moreira Mendes (PFL-RO) e Leomar Quintanilha (PPB-TO); e os deputados Sérgio Barros (PDT-AC), Ricarte de Freitas (PSDB-MT) e João Tota (PPB-AC), que apoiaram o projeto. A proposta recebeu três votos contra (senadora Marina Silva, do PT-AC; e deputados Marcos Afonso, PT-AC, e Jorge Costa, PMDB-PA), e uma abstenção (senador Jonas Pinheiro, PFL-MT, presidente da comissão). Agora, irá a plenário.

Governo iniciou mobilização de aliados, diz Sarney Filho

O ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, e o porta-voz da Presidência, Georges Lamazière, afirmaram ontem que o presidente Fernando Henrique vetará o projeto caso seja aprovado pelo plenário do

Congresso. O projeto desfigura o Código Florestal Brasileiro e permite o avanço da produção agrícola sobre reservas ambientais. O Governo, segundo Sarney Filho, iniciou ontem a mobilização dos aliados para derrotar a bancada ruralista, que tem 130 votos certos nas duas casas do Congresso.

— Temos orientação expressa do presidente para impedir essa catástrofe ambiental — disse Sarney Filho.

A tarefa, todavia, não será tranquila. O presidente do Congresso, senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), marcou ontem a votação em plenário para o dia 24. Partido cujos votos são essenciais para a derrubada do projeto Micheletto, Antônio Carlos disse que o PFL é majoritariamente favorável ao texto aprovado na comissão mista e que ele próprio ainda não se definiu:

— Isso não quer dizer que eu tenha que ficar com uma ou com outra posição.

Lamazière esclareceu que a posição do Governo é a expressa por Sarney Filho. Com isso, desautorizou o ministro da Agricultura, Pratini de Moraes, que vinha apoiando a posição dos ruralistas.

O projeto de Micheletto reduz de 80% para 50% a reserva ambiental obrigatória em propriedades na floresta amazônica. Nas áreas de cerrado, o percentual cai de 35% para 25%.

— O Governo tem o controle da situação e será responsável pelo que ocorrer. Tem maioria e força para aprovar um salário-mínimo impopular. Tem também prerrogativa do veto — disse André Lima, diretor do Instituto Sócioambiental, ONG que atua na Amazônia. ■

COLABORARAM Adriana Vasconcelos e José Augusto Gayoso



MOACIR MICHELETTO, autor do projeto que reduz para 50% a reserva ambiental na floresta amazônica

OPINIÃO

SOB AMEAÇA

• AS MUDANÇAS no Código Florestal agora aprovadas em comissão mista do Congresso equivaleriam a dar carta branca aos madeireiros para expandir mata adentro as fronteiras da agricultura e da pecuária.

• ESTÁ NO artigo 225 da Constituição que é obrigação do poder público e da coletividade preservar a Amazônia — e outros bens de uso comum, como a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal — para as presentes e futuras gerações.

• A MADEIRA, os recursos genéticos, a abundância de águas da Amazônia são um patrimônio ainda em estado potencial que, de um lado, precisa ser explorado e, de outro, não pode continuar vulnerável à ação de oportunistas.

• NÃO SOMOS só nós, brasileiros, que achamos isso: a questão da Amazônia desperta mundialmente um interesse crescente.

• HÁ QUEM explique a derrota sofrida pelo Governo, na Comissão Especial do Congresso, pela necessidade de concentrar esforços na aprovação do novo valor do salário-mínimo. Mas uma futura derrota no plenário seria indesculpável — e catastrófica.